



Notas Explicativas Bacen (BRGAAP)

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Relatório do comitê de auditoria	11
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Curitiba, 14 de agosto de 2024 - Em conformidade com as disposições legais, o Paraná Banco S.A. divulga os resultados referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024 acompanhados do relatório dos auditores independentes.

DESTAQUES ECONÔMICOS-FINANCEIROS

Rentabilidade

Em 30 de junho de 2024 o lucro líquido do Paraná Banco foi de R\$ 31,1 milhões, uma retração de 33,2% em relação a 30 de junho de 2023. O ROAE, retorno sobre o patrimônio líquido, em 30 de junho de 2024 foi de 5,1%, uma redução de 2,8 pontos percentuais em relação a 30 de junho de 2023.

Esses números foram pressionados, principalmente, pelo aumento das despesas administrativas, ao passo que as receitas dessas operações serão auferidas ao longo da vida das operações de crédito. A margem financeira líquida, NIM, foi de 6,8% em 30 de junho de 2024.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito do Paraná Banco encerrou 30 de junho de 2024 com saldo de R\$ 7.338,0 milhões, um aumento de 7,4% em comparação com 30 de junho de 2023.

O crédito consignado cresceu 3,9% no mesmo período de comparação, finalizando o período em R\$ 6.860,5 milhões.

A rede de atendimento do PB é composta pelas lojas próprias, correspondentes exclusivos, correspondentes multimarcas, *call center* e uma completa solução digital, que contempla o aplicativo e a solução web.

Os estabelecimentos físicos também atuam como suporte ao canal digital, que utilizada sua expertise e capilaridade no país para gerar novos negócios. Esse modelo de negócios permite a companhia maior eficiência e agilidade na concessão do crédito, refletindo em um elevado potencial de origem, com um baixo índice de inadimplência, característico deste produto.

Qualidade da Carteira de Crédito

O Paraná Banco apresenta uma excelente qualidade dos ativos, com uma carteira de crédito 100% colateralizada em crédito consignado e FGTS. O índice de inadimplência acima de 90 dias é apenas 1,2%, um dos menores indicadores do mercado, e um índice de cobertura de 128,4% nesse semestre.

Clientes

O Paraná Banco reforça seu compromisso com a centralidade no cliente, garantindo excelência no atendimento em todos os pontos de contato com o Banco, permitindo que eles escolham como e quando desejam ser atendidos.

O crescimento contínuo da sua base de clientes tem sido crucial, fortalecendo a estratégia de *cross-selling* para maximizar a rentabilidade através da oferta de produtos complementares ao crédito consignado.

Nesse semestre, foram adicionados 204 mil novos clientes, aumentando em 56,8% a base total de clientes ativos em 12 meses, que agora totaliza 762 mil.

Funding

A carteira de captação do Paraná Banco encerrou 30 de junho de 2024 em R\$ 8.568,4 milhões, um aumento de 2,3% em relação a 30 de junho de 2023.

O Paraná Banco adota uma estratégia organizada e diferenciada para cada segmento de atuação, contando com um *funding* diversificado de 5 tipos de investidores: investidores institucionais, instituições financeiras, distribuidores, pessoas jurídicas e pessoas físicas. Essa

abordagem nos confere estabilidade e eficiência em custos de captação, adaptando-se às variações do mercado.

Para complementar a atuação no segmento de pessoas físicas e jurídicas, o Banco possui uma plataforma aberta de investimentos, que oferece um portfólio completo de produtos de renda fixa própria e de terceiros, bem como uma ampla gama de fundos de investimento geridos por diversos e renomados gestores do mercado.

Índice de Basileia

Temos como referência o índice Basileia de 10,5%, como sendo o capital mínimo exigido dos Bancos, de acordo com as normas regulatórias do Banco Central do Brasil. O índice de Basileia, se baseia na ponderação dos ativos pelo risco das operações da instituição e visa assegurar condições adequadas de solvência do sistema financeiro, mesmo em momentos de instabilidade e adversos da economia.

O Paraná Banco encerrou 30 de junho de 2024 com um índice de Basileia de 16,97%, mantendo seu histórico de Banco com elevada capitalização.

Essa gestão conservadora sobre o capital, propicia a possibilidade de em momentos econômicos ou de mercado favoráveis, empreender um elevado e sustentável crescimento das carteiras de crédito.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

O Paraná Banco atua nos segmentos de seguro garantia e resseguros no Brasil, em parceria com a Travelers, por meio de suas controladas em conjunto Junto Seguros e da Junto Resseguros. Essas empresas oferecem soluções em garantias contratuais, garantias judiciais, seguro garantia, entre outros produtos e serviços relacionados. Com essa atuação, o Paraná Banco busca diversificar suas fontes de receita e ampliar sua oferta de produtos e serviços aos clientes pessoas jurídicas.

Além disso, o Paraná Banco possui operações no segmento de fornecimento de produtos de seguridade, através da Paraná Seguros, fruto de uma parceria com a Wiz Co. Atualmente a empresa oferta produtos de seguridade e similares para a base de clientes da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Paraná Banco se destaca por sua sólida governança, baseada em padrões elevados de transparência e responsabilidade. Esta estrutura robusta é sustentada por iniciativas proativas de divulgação trimestral de resultados financeiros e operacionais, que proporcionam uma visão abrangente do desempenho do Banco, consolidando a confiança e a credibilidade com seus stakeholders. Todos os relatórios e iniciativas estão disponíveis no site Paranabanco.com.br.

Além disso, o departamento de *Compliance* realiza uma monitorização constante para garantir que os colaboradores e parceiros estejam sempre atualizados e em conformidade com as Políticas e Normas Internas.

Para reforçar ainda mais nosso compromisso com a ética, o Código de Ética e Conduta, estabelecido desde 2008 e com a última atualização realizada em 2024, orienta as ações dos colaboradores e prestadores de serviços.

Os procedimentos de Conheça seu Cliente, Parceiro e Colaborador asseguram a conformidade com os normativos do Banco Central do Brasil, enquanto os protocolos de segurança da informação demonstram um compromisso contínuo com a integridade dos dados e ataques cibernéticos.

O PB fornece periodicamente treinamentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro à 100% dos colaboradores. Já quanto à segurança cibernética, são implementadas soluções digitais desenvolvidas sob a ótica do *Privacy by Design*, além de treinamentos anuais obrigatórios sobre *Phishing* e Lei Geral de Proteção de Dados para colaboradores e correspondentes bancários.

RATINGS

O Paraná Banco possui classificação de *rating* atribuídos pelas principais agências de classificação de risco: Standard & Poor's, Fitch Ratings e RiskBank.

A S&P atribui ao Banco a nota brAA+ na escala nacional e BB- na escala global e perspectiva estável. A Fitch Ratings a nota AA-(bra) e a RiskBank o *rating* 10,33 (baixo risco para médio prazo).

Como pontos de destaque relatados pelas empresas de *rating*, podemos citar a boa condição de liquidez, com elevada capitalização, histórico de resultados e qualidade dos ativos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, o Banco e as empresas controladas não contrataram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa no semestre findo em 30 de junho de 2024.

DECLARAÇÕES DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores do Paraná Banco S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ 14.388.334/0001-99, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras do Paraná Banco S.A., referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do Paraná Banco S.A., referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

ATUAÇÃO DA EQUIPE DE RI

O Paraná Banco possui uma área de Relações com Investidores que busca manter uma postura proativa, constantemente em contato com analistas e investidores, que tem como objetivo melhor atender as demandas do mercado e fortalecer a imagem e presença do Banco.

A área de RI reforça o objetivo de criação de valor aos seus acionistas e investidores, com transparência nas divulgações de resultado e em constante comunicação com o mercado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, investidores e parceiros de negócios pela confiança demonstrada ao longo do tempo, e aos Diretores, Conselheiros e colaboradores pelos esforços, competência, lealdade e dedicação frente aos desafios enfrentados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Paraná Banco S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Paraná Banco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Paraná Banco S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.g e nº 6, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco poderá classificar suas operações de crédito em até nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução de acordo com o nível de risco para fins de cálculo da provisão. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos automatizados relevantes, implementados pelo Banco, relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação, atualização dos níveis de risco (“ratings”) dos clientes que suportam a classificação das operações e a exatidão aritmética da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Recálculo aritmético da apuração da provisão com base nos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Provisões técnicas de seguros e resseguros registradas em empresas controladas em conjunto, mensuradas pelo método de equivalência patrimonial

Conforme mencionado na nota explicativa 3.a, o Banco detém participações societárias indiretas em empresas controladas em conjunto do segmento de Seguros e Resseguros. Essas controladas em conjunto possuem passivos relacionados a contratos de seguros e resseguros denominados “Provisões Técnicas”. O reconhecimento da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR e o teste de adequação de passivos requerem julgamento por parte das investidas na determinação de metodologias e premissas-chaves que incluem, entre outras, experiência histórica de sinistros, fluxos de pagamentos e taxas de desconto. Devido à relevância do investimento e resultado dessas investidas, ao nível de julgamento envolvido na determinação das metodologias e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da “Provisão de Sinistros Ocorridos e não avisados – IBNR” e do teste de adequação de passivos e, conseqüentemente, o impacto na equivalência patrimonial reconhecida nas demonstrações financeiras do Banco, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das controladas em conjunto;
- Avaliação das evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas atuariais envolvidos na auditoria das controladas em conjunto; e
- Reuniões periódicas e análise das comunicações e dos relatórios enviados pelo auditor das controladas em conjunto, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração das provisões técnicas nas controladas em conjunto e, conseqüentemente, o impacto das provisões técnicas reconhecido por equivalência patrimonial no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, mas não exigida pelas normas expedidas pelo Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstrações financeiras do Banco e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e as suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e as suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e das suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 14 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3



PARANÁ BANCO S.A.
C.N.P.J./M.F. n.º: 14.388.334/0001-99
NIRE: 41.300.002.169

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA RELATIVO AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

Aos Membros do Conselho de Administração do **Paraná Banco S.A.**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do **Paraná Banco S.A.**, ("**Banco**"), é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração ("Conselho"), instituído em 14 de novembro de 2012, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno.

O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pelo **Banco** e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) – Resolução CMN 4.910/2021. O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo seu Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CMN, tendo suas indicações sido homologadas pelo Banco Central do Brasil (**Bacen**).

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo **Bacen**, é da administração do **Banco**. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises, decorrentes de seu trabalho, ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2024.

Principais Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, na sede do **Banco** ou por vídeo conferência, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder aos questionamentos formulados. O Comitê acompanha e revisa, à distância, os documentos e informações a ele submetidos.

As atividades do Comitê, no semestre findo em 30 de junho de 2024 até esta data, incluíram:



- a) Reuniões com os executivos das áreas de Contabilidade, Controladoria, Financeiro e Investimentos, Compliance e Controles Internos, Ouvidoria, Relações com Investidores (RI), Tecnologia da Informação (TI) e áreas operacionais bem como com as profissionais responsáveis pela Auditoria Interna, e com os Auditores Independentes.
- b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos e gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas, externas e internas, do **Banco**.
- c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração do **Banco** e com seus Auditores Independentes, sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos, e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes.
- d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do **Banco**, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (**Bacen**).

O Comitê realizou, ainda, reuniões com o Diretor-Presidente, membros da Diretoria Executiva e membro do Conselho de Administração do **Banco**.

O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos de trabalho, e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade, e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiado no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, entende que, as demonstrações financeiras, do semestre findo em 30 de junho de 2024, encontram-se em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocasse em risco a continuidade do **Paraná Banco** ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Curitiba, 14 de agosto de 2024.

DocuSigned by:

3EAD0E7774C4F448...

Paulo José Arakaki
Membro Coordenador do Comitê

DocuSigned by:

5B601D36B11F47C...

Mauricio Alvarez da Silva
Membro do Comitê

DocuSigned by:

BBF9E12A97A941D...

Alberto Spilborghs Neto
Membro do Comitê

Paraná Banco S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		<u>3.516.490</u>	<u>3.897.445</u>	Circulante		<u>5.017.652</u>	<u>6.038.933</u>
Disponibilidades	4	477	309	Depósitos e demais instrumentos financeiros		4.910.156	5.926.755
Instrumentos Financeiros		<u>3.452.853</u>	<u>3.835.984</u>	Depósitos	9.a	<u>3.181.726</u>	<u>3.469.988</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>1.221.119</u>	<u>1.772.760</u>	Depósitos à vista		6.140	19.109
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	400.208	1.350.190	Depósitos interfinanceiros		322.679	110.998
Carteira própria	5.a	707.829	415.764	Depósitos a prazo		2.852.907	3.339.881
Vinculados a compromisso de recompra	5.a	113.082	6.806	Captações no mercado aberto	9.b	<u>112.761</u>	<u>256.806</u>
Relações Interfinanceiras		<u>100.693</u>	<u>58.351</u>	Carteira própria		112.761	256.806
Depósitos no Banco Central		100.693	58.351	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.c	<u>1.615.437</u>	<u>2.199.729</u>
Operações de crédito		<u>2.131.041</u>	<u>2.004.873</u>	Obrigações por emissão de títulos		1.615.437	2.199.729
Operações de crédito - setor privado	6.a/b	2.218.158	2.098.643	Relações Interfinanceiras		<u>232</u>	<u>232</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.c/d	(87.117)	(93.770)	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		232	232
Outros créditos		<u>63.160</u>	<u>61.152</u>	Outras obrigações		<u>107.496</u>	<u>112.178</u>
Rendas a receber		8.116	39.171	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		9.845	12.184
Negociação e intermediação de valores	5.b	6.994	1.634	Sociais e estatutárias		2.033	25.028
Diversos	7.a	48.050	20.347	Fiscais e previdenciárias		35.407	19.737
				Negociação e intermediação de valores	5.b	1.157	-
				Diversas	10	59.054	55.229
Não Circulante		<u>6.550.676</u>	<u>6.259.729</u>	Não circulante		<u>3.777.305</u>	<u>2.918.046</u>
Exigível a longo prazo		<u>6.143.740</u>	<u>5.875.062</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		3.771.188	2.912.821
Instrumentos Financeiros		5.809.392	5.554.977	Depósitos	9.a	<u>469.080</u>	<u>684.107</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>719.585</u>	<u>720.942</u>	Depósitos a prazo		469.080	684.107
Carteira própria	5.a	518.217	318.188	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.c	<u>3.302.108</u>	<u>2.228.714</u>
Vinculados a compromisso de recompra	5.a	-	250.435	Obrigações por emissão de títulos		3.302.108	2.228.714
Vinculados a prestação de garantia	5.a	201.368	152.319	Outras obrigações		<u>6.117</u>	<u>5.225</u>
Operações de crédito		<u>5.089.807</u>	<u>4.834.035</u>	Diversas	10	6.117	5.225
Operações de crédito - setor privado	6.a/b	5.119.364	4.870.635	Patrimônio líquido		<u>1.272.209</u>	<u>1.200.195</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.c/d	(29.557)	(36.600)	Capital social	13	783.064	783.064
Outros créditos		<u>334.348</u>	<u>320.085</u>	Reservas de lucros	13	545.010	513.917
Diversos	7.a	141.004	96.849	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		(49.042)	(96.786)
Créditos tributários	12.c	193.344	223.236	Ações em tesouraria	13	(6.823)	-
Investimentos		<u>366.838</u>	<u>346.807</u>				
Investimentos em participações em controladas em conjunto	8	366.789	346.758				
Outros investimentos		49	49				
Imobilizado de uso		<u>29.646</u>	<u>29.757</u>				
Imóveis de uso		6.286	6.286				
Outras imobilizações de uso		53.196	50.088				
Depreciação acumulada		(29.836)	(26.617)				
Intangível		<u>10.452</u>	<u>8.103</u>				
Ativos intangíveis		12.146	8.349				
Amortização		(1.694)	(246)				
Total		<u>10.067.166</u>	<u>10.157.174</u>	Total		<u>10.067.166</u>	<u>10.157.174</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	1º Semestre 2024	1º Semestre 2023
Receitas da intermediação financeira		<u>848.274</u>	<u>788.201</u>
Operações de crédito		730.266	645.559
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		118.008	142.642
Despesas da intermediação financeira		<u>(623.769)</u>	<u>(577.223)</u>
Operações de captação no mercado		(496.294)	(533.731)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(40.076)	45.838
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.d	<u>(87.399)</u>	<u>(89.330)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		224.505	210.978
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(178.367)</u>	<u>(161.597)</u>
Receitas de prestação de serviços		133	138
Receitas de tarifas bancárias		134	4.377
Despesas de pessoal	15	(39.406)	(38.076)
Honorários da administração		(3.524)	(3.359)
Outras despesas administrativas	17	(179.859)	(141.962)
Despesas tributárias	16	(14.923)	(10.791)
Resultado de investimentos e participações	8	30.448	30.234
Outras receitas operacionais	18	40.100	3.181
Outras despesas operacionais	18	<u>(11.470)</u>	<u>(5.339)</u>
Resultado operacional		46.138	49.381
Resultado não operacional		(1.332)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		44.806	49.381
Imposto de renda e contribuição social	12	<u>(13.693)</u>	<u>(2.646)</u>
Imposto de renda - corrente		(9.455)	-
Contribuição social - corrente		(11.085)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.847	(2.646)
Participação dos empregados e administradores nos lucros		<u>(20)</u>	<u>(159)</u>
Lucro líquido do semestre		<u>31.093</u>	<u>46.577</u>
Quantidade de ações		<u>3.297.249</u>	<u>3.254.993</u>
Lucro líquido por ação - R\$		<u>0,00943</u>	<u>0,01431</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2024	1º Semestre 2023
Lucro líquido do semestre	31.093	46.577
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	85.170	(143.353)
Outros resultados abrangentes - reflexo de controladas em conjunto	900	3.172
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(38.326)	64.509
	<hr/>	<hr/>
Resultado abrangente do semestre	47.744	(75.672)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Resultado abrangente total	78.837	(29.095)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Legal	Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	
Saldos em 1 de janeiro de 2023	<u>767.254</u>	<u>-</u>	<u>120.923</u>	<u>378.949</u>	<u>(29.624)</u>	<u>-</u>	<u>1.237.502</u>
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(75.672)	-	(75.672)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	46.577	46.577
Destinações							
Reserva legal	-	-	2.329	-	-	(2.329)	-
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	-	12.248	-	(12.248)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(32.000)	(32.000)
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>767.254</u>	<u>-</u>	<u>123.252</u>	<u>391.197</u>	<u>(105.296)</u>	<u>-</u>	<u>1.176.407</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.329</u>	<u>12.248</u>	<u>(75.672)</u>	<u>-</u>	<u>(61.095)</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2024	<u>783.064</u>	<u>-</u>	<u>125.755</u>	<u>388.162</u>	<u>(96.786)</u>	<u>-</u>	<u>1.200.195</u>
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	47.744	-	47.744
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	31.093	31.093
Destinações							
Reserva legal	-	-	1.555	-	-	(1.555)	-
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	-	29.538	-	(29.538)	-
Ações em tesouraria	-	(6.823)	-	-	-	-	(6.823)
Saldos em 30 de junho de 2024	<u>783.064</u>	<u>(6.823)</u>	<u>127.310</u>	<u>417.700</u>	<u>(49.042)</u>	<u>0</u>	<u>1.272.209</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>(6.823)</u>	<u>1.555</u>	<u>29.538</u>	<u>47.744</u>	<u>0</u>	<u>72.014</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	1º Semestre 2024	1º Semestre 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre		<u>114.608</u>	<u>110.775</u>
Lucro líquido do semestre		31.093	46.577
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações		4.699	2.576
Resultado de investimentos e participações	8	(30.448)	(30.234)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d	87.399	89.330
Imposto de renda e contribuição social		13.693	2.646
Provisão para passivos contingentes	11.b	9.072	3.053
Ajuste de avaliação patrimonial de investimento	8	(900)	(3.172)
Variações dos ativos e obrigações		<u>(1.075.835)</u>	<u>11.937</u>
(Aumento) redução de ativos			
Títulos e valores mobiliários		(396.984)	55.317
Relações interfinanceiras		(42.342)	36.955
Operações de crédito		(469.339)	(511.033)
Outros créditos		(43.820)	(40.260)
Outros valores e bens		-	3.035
Aumento (redução) de passivos			
Depósitos		(455.545)	778.692
Captações no mercado aberto		(144.045)	(15.288)
Recursos de aceites e emissão de títulos		489.102	(249.898)
Outras obrigações		(152)	(42.225)
Impostos pagos		(12.710)	(3.358)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais		<u>(961.227)</u>	<u>122.712</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos	8	-	(405)
Dividendos recebidos		25.173	-
Alienação de imobilizado de uso		(32)	(16)
Aquisição de intangível		(3.797)	(4.050)
Aquisição de imobilizado de uso		(3.108)	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		<u>18.236</u>	<u>(4.471)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Ações em tesouraria		(6.823)	-
Juros sobre o capital próprio		-	(16.000)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos		<u>(6.823)</u>	<u>(16.000)</u>
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>(949.814)</u>	<u>102.241</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	1.350.499	800.215
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	400.685	902.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2024	1º Semestre 2023
Receitas	<u>801.543</u>	<u>706.564</u>
Intermediação financeira	848.274	788.201
Prestação de serviços e tarifas bancárias	267	4.515
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(87.399)	(89.330)
Resultado portabilidade de RCO	37.634	280
Outras	<u>2.767</u>	<u>2.897</u>
Despesas de intermediação financeira	<u>(536.370)</u>	<u>(487.894)</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(186.502)</u>	<u>(142.731)</u>
Materiais, energia e outros	(4.370)	(5.443)
Serviços de terceiros	(168.574)	(131.728)
Outros	<u>(13.558)</u>	<u>(5.560)</u>
Valor adicionado bruto	<u>78.671</u>	<u>75.939</u>
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(4.699)</u>	<u>(2.576)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>73.972</u>	<u>73.363</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>30.448</u>	<u>30.234</u>
Resultado de participação em controladas	<u>30.448</u>	<u>30.234</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>104.420</u>	<u>103.597</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>104.420</u>	<u>103.597</u>
Pessoal	<u>42.950</u>	<u>41.594</u>
Remuneração direta	27.451	26.915
Benefícios	6.794	6.357
F.G.T.S.	1.970	1.941
Outros	<u>6.735</u>	<u>6.381</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>28.616</u>	<u>13.437</u>
Federais	28.603	13.415
Municipais	<u>13</u>	<u>22</u>
Remuneração de capitais de terceiros	<u>1.761</u>	<u>1.989</u>
Aluguel	1.761	1.989
Remuneração de capital próprio	<u>31.093</u>	<u>46.577</u>
Juros sobre o capital próprio	-	32.000
Lucros retidos	<u>31.093</u>	<u>14.577</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. (“Banco”) é uma instituição financeira de companhia aberta de direito privado constituída e com sede no Brasil, na Rua Comendador Araújo, 614, Centro, Curitiba, Paraná. Com mais de 45 anos no mercado, especializada em crédito consignado, produtos de seguridade, investimentos, seguros e resseguros.

Reconhecido como um dos pioneiros na modalidade de crédito com desconto em folha do país desde a sua criação, o Paraná Banco criou um sólido negócio de crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS e funcionários do setor público, pautado em um modelo de distribuição diferenciado, forte relacionamento com os principais convênios e focado em eficiência operacional. Tudo isso contribuiu para o crescimento sustentável e rentável de uma carteira de crédito de excelente qualidade e regularidade dos resultados financeiros.

Possui uma presença física consolidada nas regiões sul e sudeste do Brasil, por meio do modelo seu modelo de seus canais próprios e correspondentes. Somando a isso, o Banco desenvolveu uma solução digital pioneira, que rompe as barreiras regionais, possibilitando um alcance mais amplo e criando condições para originar crédito consignado e ofertar demais produtos de forma abrangente em todo o território nacional.

Ao longo dos últimos anos, o Paraná Banco ampliou seu portfólio de produtos, com a criação do PB FGTS e o Cartão Benefício INSS, buscando otimizar o custo de aquisição de clientes e aumentar a monetização sobre a carteira já existente. Ainda criou a Paraná Seguros, uma corretora de seguros voltada exclusivamente para a sua base de clientes, atuando com a venda de produtos de seguridade. Tais lançamentos consolidam mais um passo no objetivo de fidelização de seus clientes e de aumentar o *cross-selling* de seus produtos.

Por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brasil Acquisition LLC (“Travelers”) atua também nas operações de seguros e resseguros em ramos elementares e de danos, operando principalmente nos ramos de garantias de obrigações contratuais e judiciais, nos quais é especializado.

2 Base da apresentação das informações financeiras

As demonstrações financeiras (“demonstrações financeiras”) do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas informações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 14 de agosto de 2024 as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria do Banco foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

3 Principais políticas contábeis

a. Moeda Funcional da apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Empreendimentos em conjunto (joint ventures)

Uma joint venture é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método de equivalência patrimonial.

Abaixo, destacamos as entidades controladas em conjunto:

Empresas	Atividade	30/06/2024 e 31/12/2023	
		Método de reconhecimento	Participação total - %
Entidades seguradoras no País			
Junto Holding Brasil S.A. ^(a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50
Junto Holding LATAM S.A. ^(b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50
Paraná Corretagem de Seguros S.A. ^(c)	Seguros	Equivalência Patrimonial	60,00

- (a) A Junto Holding Brasil S.A. (antiga J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A), foi constituída em 7 de maio de 2008, tendo como objeto social a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. Um Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas e o Paraná Banco S.A. que possui 50,5% de suas ações e a Travelers Brazil Acquisition LLC titular de 49,5% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Companhia passou a ser uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Travelers Brazil a partir de 17 de junho de 2011.
- (b) Junto Holding Latam S.A. (antiga J. Malucelli LATAM S.A.) é uma holding dos investimentos na América Latina constituída em 4 de junho de 2014, tendo como objeto social a participação em sociedades atuantes nos ramos de seguros, resseguro e serviços correlatos.
- (c) Paraná Corretagem de Seguros S.A. foi adquirida em 8 de novembro de 2022 e tem como objeto o direito de intermediar e explorar, com exclusividade, produtos de seguridade na rede de distribuição do Paraná Banco pelo prazo de 10 anos. Um Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas, o Paraná Banco S.A. que possui 60% de suas ações e a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. titular de 40% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Paraná Corretagem de Seguros S.A. é uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Wiz Co desde 8 de novembro de 2022.

Esses investimentos estão detalhados na nota explicativa 8.

c. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

d. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

e. Caixas e equivalentes a caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

f. Instrumentos financeiros

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data.

(i) Títulos disponíveis para a venda

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das informações financeiras.

(iii) Títulos para negociação

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Bacen, obedecendo ao seguinte critério:

Futuros - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são classificados como "hedge" de fluxo de caixa no Banco. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto do *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecido diretamente em conta de resultado.

g. Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída em montante compatível com a avaliação de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Bacen, que estabelece a criação de nove faixas de riscos, sendo AA (mínimo) e H (perda), e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido nas normas anteriormente referidas.

As operações de crédito com consignação de parcelas em folha de pagamento ("Crédito Consignado") são classificadas levando em consideração o *status* individual de cada contrato de empréstimo, não atribuindo de forma automática o mesmo nível de risco para todas as operações de um mesmo cliente.

Na hipótese de um cliente possuir mais de 1 (um) contrato, aquele(s) que se encontra(m) em curso normal (com as parcelas de principal e encargos sendo amortizadas total ou parcialmente em base mensal) será(ão) classificado(s) conforme a situação do(s) contrato(s), individualmente, independentemente da classificação dos demais contratos (mesmo que um ou mais estejam em prejuízo).

Para as demais modalidades de crédito, a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

O Banco não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

i. Investimentos em participações

Nas informações financeiras, os investimentos em sociedades controladas em conjunto são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas em conjunto. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável. O saldo contábil dos investimentos em controladas em conjunto tem seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

j. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

k. Intangível

O intangível é composto pela aquisição de desenvolvimento de softwares, e amortizado pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados.

Amortização

A vida útil estimada dos itens do ativo intangível é apresentada a seguir:

Software desenvolvido por terceiros

3 anos

l. Outros ativos – despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos relacionados com ativos correspondentes e que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

m. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por operações compromissadas

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

n. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20% no quarto trimestre de 2023, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real e da base de contribuição social correntes.

Os créditos tributários e os passivos diferidos, apresentados nas rubricas “Outros créditos - Diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Circular nº 3.959/2019 do Bacen e alterações advindas da Resolução nº 4.818/2020 e nº 4.910/2021 do CMN).

Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Impostos de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de 01 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	5%

o. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As constituições para as contingências cíveis e trabalhistas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da premissa inerente ao prazo e ao valor.

As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas informações financeiras.

p. Lucro por ação

O Banco efetua os cálculos do lucro por ação, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 636/2010 da CVM.

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, não existem instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ações básicos no futuro, de modo que o lucro básico por ação é o mesmo que o lucro diluído por ação.

q. Resultado recorrente e não recorrente

As políticas internas do Banco consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social.

A Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Observado esse regramento, o lucro líquido apresentado pelo Banco, no primeiro semestre de 2024 no montante de R\$ 31.093 (R\$ 46.577 no primeiro semestre de 2023), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

r. Novas normas aprovadas e de aplicação futura

Resolução CMN nº 4.966/2021

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. O plano para a implementação dessa regulamentação contábil está à disposição do Banco Central do Brasil

O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

Plano para a Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual do Banco, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Contabilidade de *Hedge*; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

Cenário atual: como o Banco trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
Proposta: o que o Banco entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;

Sistemas: quais os aplicativos utilizados pelo Banco, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;

Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e

Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

Em julho de 2024, o BACEN divulgou a Resolução BCB n° 397 de 03/07/2024 que altera a Resolução BCB n° 352, de 23 de novembro de 2023.

Tal resolução alterou dentre outras o Art. 78. da Resolução BCB n° 352, passando a vigorar com a seguinte alteração:

§ 6º O disposto no inciso I do § 1º não se aplica às operações de crédito pessoal com consignação, sem atraso ou com atraso de até quatorze dias, para as quais as instituições mencionadas no caput devem constituir provisão adicional de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contábil bruto da operação.” (NR).

Essa alteração ameniza os impactos de provisionamento para as operações de crédito pessoal com consignação, a qual beneficia o Banco, por se tratar de nossa principal carteira de crédito e por ser a faixa onde está localizado o nosso maior número de operações.

A adoção da Resolução CMN n° 4.966/2021, da Lei n° 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Paraná Banco.

A Lei n° 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

4 Caixa e equivalentes a caixa

Referem-se a disponibilidades e operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Total de disponibilidades	<u>477</u>	<u>309</u>
Operações compromissadas - Posição bancada	<u>400.007</u>	<u>1.349.990</u>
Letras Financeiras do Tesouro	200.007	1.199.990
Letras do Tesouro Nacional	200.000	150.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>201</u>	<u>200</u>
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez ^(a.1)	<u>400.208</u>	<u>1.350.190</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>400.685</u>	<u>1.350.499</u>

(a.1) Referem-se a aplicações do Banco em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento de até 90 dias, contados a partir da data de sua aquisição.

5 Instrumentos financeiros

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão assim classificados nas respectivas datas-bases:

30 de junho de 2024

	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor mercado	Valor curva
Títulos disponíveis para venda					
Carteira própria					
NTN-B (a.1)	602.663	99.851	373.077	1.075.862	1.086.091
LFT (a.2)	5.315	-	145.140	150.455	150.418
Vinculados a prestação de garantia					
LFT (a.2)	-	-	201.368	201.368	203.170
Vinculados a compromisso de recompra					
LFT	4.760	8.015	-	12.775	12.772
NTN-B	100.307	-	-	100.307	100.267
Total	713.045	107.866	719.585	1.540.496	1.552.718

31 de dezembro de 2023

	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor mercado	Valor curva
Títulos disponíveis para venda					
Carteira própria					
NTN-B (a.1)	-	222.883	178.797	401.680	408.344
LFT (a.2)	-	192.882	139.390	332.272	332.303
Vinculados a prestação de garantia					
LFT (a.2)	-	-	152.319	152.319	152.253
Vinculados a compromisso de recompra					
LFT	-	6.806	250.435	257.241	257.348
Total	-	422.571	720.941	1.143.512	1.150.248

(a.1) Formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs.

(a.2) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

b. Instrumentos financeiros derivativos

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em

comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de valor justo que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.

O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de "hedge", em estratégia de "hedge" de fluxo de caixa.

Os objetos de "hedge" são letras financeiras e certificados de depósitos bancários inicialmente designados como depósitos de clientes e recursos de emissão de títulos.

A estratégia de "hedge" visa proteger contra as oscilações da curva de juros por meio de contratos futuros de DI.

A efetividade verificada na carteira "hedge" encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Instrumento / Operação	30/06/2024	31/12/2023
Instrumento de "hedge"	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de "hedge"	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários
Valor do instrumento de "hedge" (notional)	(4.244.874)	(4.073.811)
Valor do objeto de "hedge" (notional)	3.863.996	3.829.751
Ganho (perda) referente ao instrumento de "hedge"	23.580	9.432
Ganho (perda) referente ao objeto de "hedge"	(25.905)	(10.031)
Taxa de efetividade	109,86%	106,65%

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023, os contratos de derivativos estão representados por operações de futuros, conforme abaixo:

	Ativo (a)				Passivo (a)			
	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/2024	Total 31/12/2023	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/2024	Total 31/12/2023
Futuros de DI	6.994	-	6.994	1.634	1.157	-	1.157	-
Total	6.994	-	6.994	1.634	1.157	-	1.157	-

(a) São apresentados no balanço patrimonial na linha de negociação e intermediação de valores, na rubrica de “outros créditos” e “outras obrigações”. Todos as operações de derivativos registradas estão designadas integralmente para o hedge.

c. Valores estimados de mercado

Os valores de mercado foram estimados com base em preços oficialmente divulgados pela ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Mudanças nas premissas e nas alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

6 Operações de crédito, outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira por modalidade de crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Crédito pessoal parcelado ^(a.1)	7.318.367	6.947.548
Capital de giro	14.617	15.521
Crédito imobiliário	4.538	6.200
Conta garantida	-	9
Total	7.337.522	6.969.278

(a.1) Refere-se a operações de crédito consignado em folha de pagamento.

b. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento, tipo de cliente e atividade econômica

	Contratos vencidos a partir de 15 dias ^(b.1)	Contratos a vencer				30/06/2024	31/12/2023
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Intermediação Financeira	170	61	92	135	14	472	613
Atividades Empresariais	261	15	39	123	17	455	452
Serviços	5.774	1.075	2.041	4.678	122	13.690	14.457
Pessoa física	238.449	535.610	1.434.571	2.737.581	2.376.694	7.322.905	6.953.756
Total 30/06/2024	244.654	536.761	1.436.743	2.742.517	2.376.847	7.337.522	-
Total 31/12/2023	257.169	498.706	1.342.768	2.581.663	2.288.972	-	6.969.278

(b.1) Classificada no ativo circulante. Esses valores estão representados pelo saldo total dos contratos com parcelas em atraso.

c. Composição da carteira de crédito e outros créditos por nível de risco

Nível	Situação	Atraso em dias	% de provisão	30/06/2024		31/12/2023	
				Total geral	Provisão requerida	Total geral	Provisão requerida
A	Normal	(c.1)	0,50	6.970.378	34.843	6.376.873	31.875
B	Normal	-	-	9.223	92	10.276	103
	Vencido	De 15 a 30	1,00	81.072	811	94.728	947
C	Normal	-	-	106.005	3.180	313.108	9.393
	Vencido	De 31 a 60	3,00	40.914	1.227	38.942	1.168
D	Normal	-	-	3.370	337	1.833	183
	Vencido	De 61 a 90	10,00	26.266	2.627	25.668	2.567
E	Normal	-	-	710	213	1.401	420
	Vencido	De 91 a 120	30,00	16.660	4.998	16.425	4.928
F	Normal	-	-	827	414	562	281
	Vencido	De 121 a 150	50,00	17.133	8.567	14.022	7.011
G	Normal	-	-	49	34	728	510
	Vencido	De 151 a 180	70,00	18.612	13.028	12.427	8.699
H	Normal	-	-	2.063	2.063	7.675	7.675
	Vencido	Acima de 180	100,00	44.240	44.240	54.610	54.610
Total geral				7.337.522	116.674	6.969.278	130.370

(c.1) Inclui saldos em atraso até 14 dias.

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2024 (6 meses)	31/12/2023 (12 meses)
Saldo inicial	130.370	136.213
Constituição (líquida de reversões)	87.399	175.874
Baixa	(101.095)	(181.717)
Saldo final	116.674	130.370
Recuperação de créditos baixados	24.387	38.241

e. Concentração de créditos

	30/06/2024	31/12/2023
Dez maiores devedores	15.145	16.167
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,21%	0,23%
Cinquenta maiores devedores seguintes	21.488	21.511
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,29%	0,31%

f. Créditos renegociados e refinanciados

O estoque dos créditos refinanciados e renegociados é composto pelas operações que se mantiveram ativas na carteira em cada data base. Os valores foram apurados considerando os critérios descritos na Resolução Bacen n° 2.682/1999, que considera:

Renegociados: a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas; e

Refinanciados: os contratos que não apresentam atrasos ou deterioração na situação do devedor.

	30/06/2024	31/12/2023
Renegociados	140.491	131.905
Refinanciados	5.274.490	5.256.235
Total	<u>5.414.981</u>	<u>5.388.140</u>

7 Outros créditos

a. Diversos

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		
Custos com operações de crédito portadas ^(a)	11.189	5.335
Devedores diversos - outras instituições ^(b)	28.685	6.440
Adiantamentos diversos ^(c)	8.176	8.571
Total	<u>48.050</u>	<u>20.347</u>
Exigível a longo prazo	30/06/2024	31/12/2023
Saldo negativo IRPJ/ CSLL - anos anteriores ^(e)	34.823	36.743
Custos com operações de crédito portadas ^(a)	58.076	27.854
Alienação de participação – Wiz Holding ^(d)	15.845	15.053
Depósitos judiciais	5.629	5.765
PIS e Cofins a compensar	2.333	2.082
IRRF sobre JCP	4.215	2.782
IRPJ e CSLL corrente	17.189	3.677
Outros	2.895	2.893
Total	<u>141.004</u>	<u>96.849</u>

- (a) Valor referente a ressarcimento de custos operacionais RCO e tarifas da câmara interbancária de pagamentos CIP pagos sobre operações de crédito portadas de outras financeiras, sendo reconhecido no resultado do período no decorrer do prazo da operação principal.
- (b) Refere-se substancialmente aos valores repassados a operadora de cartão parceira (Senff) dos saldos utilizados do produto do Cartão Rotativo, saldos de portabilidade, saldo disponibilizado em conta corrente e recebimentos diversos relacionados a outras instituições.
- (c) Refere-se a adiantamentos de comissões e antecipações salariais.
- (d) Referente à operação de alienação da Wiz Holding para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., sendo uma parcela paga em janeiro de 2023 no montante de R\$ 17.425 e três parcelas fixas anuais no montante de R\$ 4.356, com início de recebimento a partir de 2025, corrigidas pela variação do CDI.
- (e) Refere-se a saldos negativos de imposto de renda e contribuição social (pagos a maior) de anos anteriores, objetos de pedido de restituição e atualizados pela variação da taxa Selic até a data de encerramento do balanço.

8 Investimentos e participações no País

	30/06/2024				31/12/2023	
	Junto Holding Brasil S.A. (a)	Junto Holding Latam S.A. (b)	Paraná Corretagem de Seguros S.A. (c)	CIP S.A. (d)	Total	Total
Informações sobre as empresas						
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	417.143	60.281	10	26		
Patrimônio líquido	637.019	46.297	6.719	2.060.355		
Lucro líquido do semestre	49.516	785	8.412	287.119		
Informações sobre os investimentos						
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	210.657	30.442	6	13		
Percentual de participação	50,50%	50,50%	60%	0,0497%		
Valor da movimentação das contas						
Saldos iniciais	321.949	22.225	753	1.830	346.757	323.032
Dividendos referente ao exercício anterior	-	-	(1.768)	-	(1.768)	(23.405)
JCP a receber referente ao período vigente	(9.548)	-	-	-	(9.548)	(18.548)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	2.235
Redução de Capital	-	-	-	-	-	(2.508)
Ajuste de avaliação patrimonial	(255)	1.155	-	-	900	5.041
Resultado de equivalência patrimonial	25.005	396	5.047	-	30.448	60.911
Saldo das participações	337.151	23.776	4.032	1.830	366.789	346.758

- (a) Empresa holding dos investimentos nas controladas em conjunto indiretas Junto Resseguros S.A. e Junto Seguros S.A.
- (b) Junto Holding Latam S.A. é uma holding (controlada em conjunto) dos investimentos na América Latina constituída 04 de junho de 2014, que tem como controlada a entidade JMalucelli Travelers Seguros S.A.. No dia 13 de junho de 2024, a Junto Holding Latam S.A. assinou um contrato de venda da JMalucelli Travelers Seguros S.A. com uma parte não relacionada, a efetivação da venda está sujeita à aprovação regulatória.
- (c) Paraná Corretagem de Seguros S.A. participação adquirida em 8 de novembro de 2022, tem como objeto o direito de intermediar e explorar, com exclusividade, produtos de seguridade na rede de distribuição do Banco pelo prazo de 10 anos. Um Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas, o Banco possui 60% de suas ações e a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz Co") titular de 40% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Paraná Corretagem de Seguros S.A. é uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Wiz Co desde 8 de novembro de 2022. Do montante de R\$ 1.768 de dividendos recebidos, R\$ 388 é relativo à provisão do exercício de 2023 e R\$ 1.380 pertinente a 2024.
- (d) NÚCLEA (CIP S.A.) em 01/08/2023, foram concluídas as autorizações necessárias (Banco Central e CVM) e cumpridas as condições precedentes para consumação da operação de Incorporação das ações da CRT4 pela Núclea em 03/08/2023. Com a incorporação o Banco possui investimento de 0,0497% de suas ações junto a CIP S.A.

9 Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

a. Depósitos

Segue a composição por prazo de vencimento:

Vencimento	À vista ^(a)		Interfinanceiros		A prazo ^{(b) (c)}	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Sem vencimento	6.140	19.109	-	-	-	-
Até 90 dias	-	-	236.473	78.998	1.085.206	1.064.854
De 91 a 360 dias	-	-	86.206	32.000	1.177.536	1.808.621
Acima de 360 dias	-	-	-	-	1.059.245	1.150.513
Total	6.140	19.109	322.679	110.998	3.321.987	4.023.988

- (a) Apresentadas como “sem vencimento”, independentemente do giro normal dos depósitos.
(b) Em 30 de junho de 2024, não houve saldo com garantia especial conforme Resolução nº 4.115 de 26 de julho de 2012.
(c) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 590.165 (R\$ 466.406 em dezembro de 2023).

Em 30 de junho de 2024 os montantes que estão na estrutura de hedge, segundo política do Banco, são: CDB R\$ 878.196 (R\$ 642.589 em 31 de dezembro de 2023), CDI R\$ 38.210 (R\$ 16.404 em 31 de dezembro de 2023), LF R\$ 2.947.591 (R\$ 3.170.758 em 31 de dezembro de 2023).

b. Captações no mercado aberto

Referem-se a operações de recompras a liquidar, lastreadas em títulos públicos federais, conforme segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Recompras a liquidar - carteira própria		
LFT	12.763	256.806
NTN	99.998	-
Total	112.761	256.806

c. Recursos de aceites e emissão de títulos

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a composição da carteira está demonstrada como segue:

	30/06/2024			31/12/2023
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Total
Obrigações por emissão de Letra Financeira	1.615.437	3.261.551	4.876.988	4.387.825
Obrigações por emissão de Letra Financeira Perpétua	-	40.557	40.557	40.618
Total	1.615.437	3.302.108	4.917.545	4.428.443

10 Outras obrigações – Diversas

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		
Provisão para pagamento a efetuar - Outras despesas administrativas	17.539	15.725
Credores diversos – País ^(a)	41.171	39.078
Provisão - tarifas	344	425
Total	59.054	55.229

	30/06/2024	31/12/2023
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências cíveis (Nota 11)	1.235	1.126
Provisão para contingências tributárias (Nota 11)	1.432	1.399
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 11)	3.450	2.699
Total	6.117	5.225

(a) Refere-se a valores repassados pelos convênios e pagos pelos clientes, referente a operações de empréstimos. Além disso temos o saldo disponibilizado em conta corrente para utilização do PIX.

11 Provisões

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

A Administração do Banco, com base em informações de seus assessores jurídicos, a respeito das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis	1.235	1.128
Trabalhistas	3.450	2.698
Tributárias	1.432	1.399
Total	6.117	5.225

b. Movimentação das provisões

2024					
	Saldo em 1º de janeiro	Constituição/ atualização monetária	Reversão	Pagamento	Saldo em 30 de junho
Cíveis	1.128	7.739	(268)	(7.364)	1.235
Trabalhistas	2.698	2.279	(711)	(816)	3.450
Tributárias	1.399	33	-	-	1.432
Total – Banco	5.225	10.051	(979)	(8.180)	6.117

2023

	Saldo em 1º de janeiro	Constituição/ atualização monetária	Reversão	Pagamento	Saldo em 31 de dezembro
Cíveis	2.757	9.864	(3.454)	(8.039)	1.128
Trabalhistas	2.884	4.367	(1.930)	(2.623)	2.698
Tributárias	1.321	78	-	-	1.399
Total – Banco	6.962	14.309	(5.384)	(10.662)	5.225

O Banco possui processos cíveis classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 4.795 (R\$ 3.374 em 31 de dezembro de 2023).

Não possui processos trabalhistas classificados como risco de perda possível em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro 2023. E, possui processos fiscais classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 986 (R\$ 986 em 31 de dezembro de 2023).

O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle do Banco. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	44.806	49.223
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes ⁽ⁱ⁾	(20.163)	(22.150)
Exclusões (adições) permanentes ⁽ⁱⁱ⁾	6.470	19.504
Participações em controladas	9.405	9.346
Juros sobre o capital próprio	-	14.400
Outras	(2.935)	(4.242)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período	(13.693)	(2.646)

(i) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para imposto de renda e de 15% para a contribuição social para as empresas financeiras.

(ii) As adições e exclusões são compostas por: despesas indedutíveis como confraternizações, brindes e doações; provisões para operações de crédito em nível A-H, bem como prejuízos; outros passivos contingentes; resultado de equivalência patrimonial; juros sobre o capital próprio distribuídos e operações de *hedge*.

b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social

	30/06/2024	30/06/2023
Impostos diferidos – Constituição/Reversão no período, sobre adições temporárias	6.847	(2.646)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.540)	-
Total	(13.693)	(2.646)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	2024		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ (realização)	Saldos em 30 de junho
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo			
Sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	99.112	(3.797)	95.315
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	2.391	366	2.757
Sobre ajuste de <i>hedge accounting</i>	26.112	(22.920)	3.192
Sobre prejuízo fiscal	93.820	(7.482)	86.338
Sobre títulos disponíveis para venda	3.032	2.709	5.741
Baixa de IRPJ e CSLL Prescritos	(1.231)	1.231	-
	223.236	(29.892)	193.344

Descrição	2023		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ (realização)	Saldos em 30 de junho
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo			
Sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	108.149	(6.399)	101.750
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	3.194	(484)	2.710
Sobre ajuste de <i>hedge accounting</i>	(35.381)	45.709	10.328
Sobre prejuízo fiscal	60.294	24.862	85.156
Sobre títulos disponíveis para venda	8.786	(1.827)	6.959
	145.040	61.861	206.903

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social

A previsão de realização dos créditos tributários é de até 10 anos, fundamentada no estudo de recuperabilidade realizado com base no orçamento do Banco, levando em consideração a adequação da Lei nº 14.467 de 16/11/2022 e a Resolução 4.966 de 25/11/2021 para os períodos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Período	Valor
Em 2024	16.609
Em 2025	44.074
Em 2026	33.492
Em 2027	37.591
Em 2028	24.568
Acima de 5 anos	37.010
Total de Créditos Tributários	193.344

A capacidade de consumo do crédito tributário decorre principalmente das movimentações das provisões e da geração de lucro tributável pelo Banco, os quais são ajustadas mensalmente para refletir as variações, considerando as expectativas de reversões, baixas e utilizações. Tendo em vista que a companhia apresentou um lucro fiscal no 1º semestre de 2024 e pretende continuar apresentado lucro fiscal para o próximo semestre.

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 160.869 em 30 de junho de 2024 (R\$ 157.676 em 31 de dezembro 2023).

e. Créditos tributários não registrados

O Banco não possui créditos tributários não registrados em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro 2023.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2024 o valor do capital social do Banco é de R\$ 783.064, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 1.667.816 (1.667.816 em 31 de dezembro 2023) de ações ordinárias e 1.629.433 (1.629.433 em 31 de dezembro 2023) de ações preferenciais pertencentes a acionistas domiciliados no País todas sem valor nominal.

b. Ações em tesouraria

Em 20 de junho de 2024, o Conselho de Administração do Banco aprovou a recompra de ações de parte relacionada no montante de R\$ 6.823 correspondente a 18.237.642 ações ordinárias e a 1,09% do total das ações ordinárias emitidas, pelo preço de R\$ 0,37 por ação valor este correspondente ao valor patrimonial do mês anterior das ações. Em 30 de junho de 2024 o saldo de ações em tesouraria totalizava R\$ (6.823), correspondente a 18.237.642 ações em tesouraria e em 31 de dezembro 2023, o Banco não possuía ações em tesouraria.

c. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social. A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Conforme disposições estatutárias, o Conselho de Administração efetua a proposta de destinação do lucro líquido após a constituição da reserva legal e do pagamento do dividendo obrigatório mínimo, cuja proposta é levada à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Em 30 de junho de 2024, o saldo das reservas de lucros era de R\$ 545.010 (R\$ 513.917 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 417.700 (R\$ 388.162 em 31 de dezembro de 2023) referente à reserva estatutária, R\$ 127.310 (R\$ 125.755 em 31 de dezembro de 2023) correspondente à reserva legal.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

No período findo em 30 de junho de 2024 não foram pagos juros sobre capital próprio e não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante reconhecido no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados ou de reservas, para efeito de elaboração e publicação das informações financeiras, consoante o artigo 14º da Resolução nº 4.872 de 27 de novembro de 2020, do Banco Central do Brasil.

	31/12/2023		
	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	16.000	2.400	13.600
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	16.000	2.400	13.600
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾	16.000	2.400	13.600
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁴⁾	34.600	5.190	29.410
Total	83.551	12.534	71.017

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2023 e pago em 5 de abril de 2023.
(2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2023 e pago em 5 de julho de 2023.
(3) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2023 e pago em 4 de outubro de 2023.
(4) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2023 e pago em 4 de janeiro de 2024.

14 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, com outras empresas do grupo e pessoas-chave na Administração.

Pessoas chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

Descrição	30/06/2024		
	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas) 1º Semestre
Depósitos à vista	(535)	-	-
Depósitos a prazo ^(a)	(322.724)	-	(14.586)
Letra financeiras ^(b)	(173.460)	-	(175)
Remuneração da Administração ^(b)	-	-	(3.524)
Juros sobre capital próprio	-	-	9.548
Serviços da tecnologia da informação ^(c)	-	-	(31.427)
Serviços Prestados	-	-	392

Descrição	31/12/2023		
	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas) 12 meses
Depósitos à vista	(13.630)	-	-
Depósitos a prazo ^(a)	(319.644)	-	(42.468)
Letra financeiras ^(a)	(131.913)	-	(292)
Remuneração da Administração ^(b)	-	-	(6.831)
Juros sobre capital próprio	-	(82.600)	18.548
Serviços da tecnologia da informação ^(c)	-	-	(58.019)
Serviços Prestados	-	-	759

- (a) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.
(b) Refere-se à remuneração de pessoas-chave da Administração.
(c) Operações efetuadas a valores de mercado, prestação de serviços de tecnologia da informação.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM e pela Resolução nº 3.750/2009 do BACEN.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

4UM Gestão de Recursos Ltda., 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Junto Seguros S.A., Junto Resseguros S.A., Junto Holding Brasil S.A., Junto Holding Latam S.A., Junto Controle de Riscos Ltda., J Malucelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a Companhia Paranaense de Construção, CPE Participações S.A., MLR Locações de Máquinas S.A., J Malucelli Equipamentos, Forza J Malucelli, J Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda., J Malucelli Futebol S.A., Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda., Invest Bens Administradora de Bens, Ventus Holding de Energia Eólica Ltda., Porto de Cima Concessões S.A., Porto de Cima Incorporações Ltda., Travelers Brazil Acquisition LLC, CIP S.A, Fener Partners Ltda., Fener Capital Ltda. e a Paraná Corretagem de Seguros S.A.

15 Despesas de pessoal

	30/06/2024	30/06/2023
Salários, PLR e bônus	(23.944)	(23.433)
Encargos Sociais	(8.668)	(8.286)
Benefícios dos funcionários	(6.794)	(6.357)
Total	(39.406)	(38.076)

16 Despesas tributárias

	30/06/2024	30/06/2023
PIS e Cofins	(13.950)	(10.280)
Impostos e taxas	(973)	(511)
Total	(14.923)	(10.791)

17 Outras despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Comissões e corretagens ^(a)	(63.229)	(42.867)
Serviços técnicos especializados ^(d)	(41.757)	(38.981)
Despesas com tarifas de convênios ^(b)	(24.750)	(19.547)
Processamento de dados	(17.720)	(15.885)
Despesas com portabilidade	(8.345)	-
Propaganda e publicidade	(5.940)	(3.570)
Despesas do sistema financeiro	(5.236)	(4.894)
Despesas com depreciação	(3.251)	(2.576)
Despesas com comunicações	(1.820)	(2.757)
Despesas com aluguel	(1.761)	(1.989)
Despesas com amortização	(1.448)	-
Manutenção e conservação de bens	(740)	(813)
Despesas com viagens	(571)	(471)
Despesas com transportes	(425)	(197)
Serviços gráficos	(282)	(419)
Despesas com seguros	(259)	(4.580)
Despesas com publicações	(71)	(55)
Promoções e relações públicas	(30)	(30)
Material de expediente	(24)	(18)
Outras ^(c)	(2.200)	(2.313)
Total	(179.859)	(141.962)

(a) Despesas com comissões pagas aos correspondentes bancários - crédito consignado.

- (b) Referem-se a pagamentos mensais efetuados às empresas de consignação que são as responsáveis por intermediar a carteira de empréstimos consignados.
- (c) Referem-se a despesas diversas como água, energia elétrica, vigilância, copa e cozinha e despesas com cartórios.
- (d) Refere-se a despesa com serviços de consultoria, honorários de serviços de call-center, auditoria externa e assessoria técnica.

18 Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Outras receitas		
Ressarcimento de despesas RCO	37.634	280
Lucros na alienação de valores e bens	2.369	944
Reversão de provisão cível e trabalhista	97	1.721
Outras	-	236
Total	40.100	3.181
	30/06/2024	30/06/2023
Outras despesas		
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(8.532)	(3.716)
Outros	(2.939)	(1.623)
Total	(11.470)	(5.339)

19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023 referem-se aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, divulgados na Nota Explicativa nº 5, as operações de crédito na Nota Explicativa nº 6 e os depósitos a prazo na Nota Explicativa nº 9.

As operações do Banco e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

As políticas de crédito do Banco são fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A carteira de crédito do Banco está concentrada em crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, bem como para servidores públicos federais, estaduais e municipais. Por natureza, estas operações apresentam um nível de risco de crédito controlado, dado que os próprios entes federativos são os responsáveis por realizar o desconto em folha de pagamento e repassar ao Banco. Tais dados podem ser verificados na baixa inadimplência global da carteira de crédito.

O Banco possui ainda, a provisão para perdas esperadas associadas a operações de crédito, em 30 de junho de 2024 no montante de R\$ 116.674 (R\$ 130.370 em 31 de dezembro de 2023), para fazer face ao risco de crédito.

b. Risco de taxa de juros e de liquidez

Os resultados do Banco estão suscetíveis a sofrer variações significativas decorrentes das operações contratadas a taxa de juros pós-fixada e prefixada.

A Administração gerencia o risco de taxa de juros e o risco de liquidez, por meio de sistemas que incluem VAR, relatórios de rentabilidade, de liquidez e outros relatórios gerenciais.

c. Risco de mercado

Parâmetros utilizados para o gerenciamento do risco de mercado

O Banco utiliza as seguintes metodologias para avaliar o risco de mercado, facilitando a análise e a percepção sobre o quadro de risco ao qual o Banco está exposto.

Posições

O valor de mercado das posições é segregado em “compradas” e “vendidas”. Esses dois valores dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco.

Limites de posição podem ser estabelecidos em função de um tipo de instrumento específico ou estratégia, para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.

Sensibilidades

As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira do Banco. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e da estrutura da carteira do Banco.

Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por um ponto-base (0,01) é a principal medida de sensibilidade.

Value at Risk

O Value at Risk (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*), sob condições normais de mercado.

Para o VaR regulatório reportado localmente, por exemplo, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias de *holding period*.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

Net Interest Income (NII)

A exposição da carteira, *Banking*, é mensurada através da metodologia Net Interest Income (NII), que se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de margem financeira, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação (*Banking*).

Essa metodologia consiste em:

1. Apurar a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos num cenário base.
2. Apurar a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos num cenário de stress.
3. Fazer uma análise comparativa.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

Monitoramento e controle

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, controlando as posições geradoras de risco.

Com base nesse sistema, são elaborados relatórios de monitoramento e controle destinados à Gerência e aos Comitês Executivo Sênior e de Riscos e Capital.

Os relatórios permitem um acompanhamento da exposição por determinada categoria de produtos, assim como a análise do comportamento da carteira quando exposta aos cenários de estresse.

Os procedimentos necessários para execução dos controles de risco estão documentados em manuais de procedimentos e são revisados com periodicidade mínima anual.

Para fins de efetuar essa análise, as operações do Banco são segregadas da seguinte forma:

Carteira de-trading - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.

As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, à obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou à realização de arbitragens.

Carteira de-banking - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas sem intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de não negociação.

Abaixo, segue a Exigência de Capital para as carteiras *trading* e *banking*:

Trading Book

	30/06/2024	31/12/2023
RWAjur1	1.038	1.065

- (1) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa de juros prefixada denominada em Reais (Circular Bacen nº 3.634/2013).

Banking Book

	30/06/2024	31/12/2023
IRRBB- prefixado	78.714	(46.980)
IRRBB – IPCA	20.215	4.114
IRRBB– IGPM	-	(42)
IRRBB – CDI	(64.212)	102.511
IRRBB– Selic	-	(2.541)

A partir da Resolução BCB n.º 48/2020, o Banco passou a adotar a metodologia de resultado de intermediação financeira (Δ NII), para calcular o risco das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária, que consiste em alocar os fluxos consolidados por indexadores em vértices específicos, limitado ao horizonte temporal de 1 (um) ano.

Maiores detalhes do cálculo estão referenciados no Art. 3º da Circular CMN nº 3.876/2018.

Os modelos adotados pelo Conglomerado estão documentados e disponíveis na área de Gestão Integrada de Riscos.

d. Posições de instrumentos financeiros e operações de hedge (Quadro de análise de sensibilidade)

O Banco realiza a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante. Cabe ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário em uma posição estática da carteira.

Para mensurar essas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial, considera a aplicação de um ponto percentual, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas e no índice de taxa de juros.

No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2024, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 10,5040 e 10,2960 (11,7665 e 11,5335 em 31/12/2023).

Cenário II: Considera a aplicação de, pelo menos, 25 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros.

No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2024, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 13,0000 e 7,8000 (14,5625 e 8,7375 em 31/12/2023).

Cenário III: Considera a aplicação de, pelo menos, 50 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas no índice de taxa de juros.

No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2024, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 15,6000 e 5,2000 (17,4750 e 5,8250 em 31/12/2023).

Em 30 de junho de 2024

Cenário de alta na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário- base	Valorização		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	400.208	10,40	416	10.405	20.811
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.540.496	10,40	1.602	40.053	80.106
Depósitos a prazo	Índice DI	3.321.987	10,40	(3.455)	(86.372)	(172.743)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	322.679	10,40	(336)	(8.390)	(16.779)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	4.917.545	10,40	(5.114)	(127.856)	(255.712)
Efeito líquido				(6.887)	(172.160)	(344.317)

Cenário de baixa na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário - base	Deterioração		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	700.189	10,40	(416)	(10.405)	(20.811)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.605.939	10,40	(1.602)	(40.053)	(80.106)
Depósitos a prazo	Índice DI	3.581.212	10,40	3.455	86.372	172.743
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	106.976	10,40	336	8.390	16.779
Letras financeiras e LCI	Índice DI	4.858.850	10,40	5.114	127.856	255.712
Efeito líquido				6.887	172.160	344.317

Em 31 de dezembro de 2023

Cenário de alta na taxa DI				Valorização		
				I	II	III
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário- base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.350.190	11,65	1.573	39.324	78.649
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.143.512	11,65	1.332	33.305	66.610
Depósitos a prazo	Índice DI	4.023.988	11,65	(4.688)	(117.199)	(234.397)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	110.998	11,65	(129)	(3.233)	(6.466)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	4.428.443	11,65	(5.159)	(128.978)	(257.957)
Efeito líquido				(7.071)	(176.781)	(353.561)

Cenário de baixa na taxa DI				Deterioração		
				I	II	III
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário - base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.350.190	11,65	(1.573)	(39.324)	(78.649)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.143.512	11,65	(1.332)	(33.305)	(66.610)
Depósitos a prazo	Índice DI	4.023.988	11,65	4.688	117.199	234.397
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	110.998	11,65	129	3.233	6.466
Letras financeiras e LCI	Índice DI	4.428.443	11,65	5.159	128.978	257.957
Efeito líquido				7.071	176.781	353.561

19.1 Outras informações

- (a) O Banco mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada. Até a data base de 30/06/2023, esta abordagem era estabelecida pelas Circulares Bacen n.º 3.644/2013 e n.º 3.809/2016. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWACPAD) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, swaps e operações compromissadas.

Em 12/05/2022, o Banco Central publicou a Resolução BCB n.º 229, responsável por aprimorar e consolidar os procedimentos para cálculo do requerimento de capital para as exposições ao risco de crédito mediante abordagem padronizada (RWACPAD). O normativo publicado foi objeto do Edital de Consulta pública n.º 80/2020 que propunha incorporar na norma brasileira as recomendações internacionais estabelecidas pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) publicado em dezembro de 2017.

O Paraná Banco S.A mantém patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução Bacen n.º 2.099/1994 e das normas posteriores. Em 30 de junho de 2024, o patrimônio de referência ajustado representava 16,97% (17,45% em 31 de dezembro de 2023), superior, portanto, ao mínimo de 10,5% estabelecido pela Resolução n.º 4.955/2021 e Resolução n.º 4.958/2021 do Conselho Monetário Nacional dos ativos ponderados por risco.

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência	972.719	947.672
Parcela de Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito - RWAcpad	4.523.184	4.307.488
Parcela de Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado - RWAm pad	227	1.065
Parcela de Ativos Ponderados pelo Risco Operacional - RWAopad	1.207.637	1.121.875
Total de ativos ponderados pelo Risco (RWA total)	<u>5.731.048</u>	<u>5.430.428</u>
Índice de Basileia	<u>16,97%</u>	<u>17,45%</u>

Não havia avais e fianças concedidos pelo Banco nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

O Banco é patrocinador de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no período findo em 30 de junho de 2024, totalizaram R\$ 37 no Banco (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2023) e as contribuições relativas às acumulações das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

* * *

Diretoria

Cristiano Malucelli – Diretor Presidente
André Luiz Malucelli – Diretor de Investimentos
Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Marcelo Martins de Paula – Diretor de Clientes e Diretor de Marketing
Paulo Corrêa Matta – Diretor de Tecnologia
Varley Antonio Sarzi – Diretor de Negócios e Canais

Comitê de auditoria

Paulo José Arakaki – Membro Coordenador do Comitê
Alberto Spilborghs Neto – Membro do Comitê
Mauricio Alvarez da Silva – Membro do Comitê

Contador responsável

Hilário Mário Walesko – Controller
CRC-PR 29.585/O-9